

DEZEMBRO
2020

RELATÓRIO #2

Belt and Road Initiative

A stylized illustration of a desert landscape at sunset or sunrise. In the foreground, a modern high-speed train with yellow and blue cars travels from left to right. To the right of the train, a caravan of camels with riders is visible. The background features rolling hills, a city skyline with domes on the left, and cacti in the foreground. The sky is a gradient of orange and red with a few clouds.

FGV Direito Rio

Núcleo de Estudos Brasil-China

Belt and Road & Brazil (BR&Br)

Autores:

Evandro M. de Carvalho (Coordenador)

Daniel Veras (Pesquisador Doutor)

Pedro Steenhagen (Pesquisador Mestre)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. A CHINA E A AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA	3
2.1 Relação China e Peru	4
2.2 Relação China e Chile	5
2.3. Relação China e Argentina	7
3. A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA PELA VIA DA BRI	9
4. CONCLUSÃO	12
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	13

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio surgiu em outubro de 2017 para desenvolver pesquisas e estudos sobre as relações sino-brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento das relações bilaterais, especialmente nos âmbitos acadêmico e jurídico. Em 2020, dando sequência ao aprofundamento de seus trabalhos, lançou o Projeto Belt and Road & Brazil (BR&Br), em referência à Iniciativa Cinturão e Rota (BRI), forma abreviada para referir-se ao Cinturão Econômico da Rota da Seda e à Rota da Seda Marítima do Século XXI propostos por Xi Jinping em 2013.

O projeto visa a produzir e a divulgar publicações sobre a iniciativa e sobre as relações sino-brasileiras, bem como a desenvolver pesquisas e estudos sobre as formas de conexão da Cinturão e Rota com o Brasil e com a América Latina. Diante desse contexto, o Núcleo publica seu segundo relatório, que busca colocar a relação entre China e América Latina em perspectiva, com destaque às experiências do Peru, do Chile e da Argentina, e trata da integração da região pela via da BRI, com apontamentos de possíveis caminhos para o Brasil percorrer rumo a seus melhores interesses com o país asiático e com seus vizinhos.



2. A CHINA E A AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado em 1991 por seus quatro países fundadores: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Posteriormente, teve a adesão da Venezuela (atualmente suspensa do bloco) e conta, ainda, com sete Estados associados: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

O Brasil sempre foi um país com importante peso na região, até pelo tamanho de seu território, de sua economia e de seu mercado consumidor, e o comércio com seus vizinhos foi historicamente superavitário, inclusive, porque sua produção era mais diversificada e com maior uso de tecnologia. De qualquer forma, assim como o restante da região, seu comércio internacional é mais voltado para a exportação de produtos primários e para a importação de produtos com maior valor agregado. Apesar disso, desenvolviam-se complementaridades entre o Brasil e seus vizinhos, sobretudo no que concerne à produção manufatureira.

De fato, historicamente, a relação com os vizinhos sempre foi benéfica para o Brasil. Contudo, desde 2018, o país parece ter iniciado um processo de afastamento em relação aos países da região. Desde então, pode-se notar que os demais membros do Mercosul e as nações da América Latina começaram a buscar reduzir a dependência do mercado brasileiro. A Argentina e o México, por exemplo, consolidaram a sua aliança e tentam ocupar o vácuo de liderança deixado pelo Brasil. Alberto Fernández (Argentina) e Andrés Manuel López Obrador (México) fazem constantes pronunciamentos em que reafirmam suas afinidades ideológicas e os planos de liderança.

De qualquer forma, não se trata somente de uma disputa sobre quem vai ocupar o lugar do Brasil, e sim de uma articulação acerca da capacidade de a região e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) se fortalecerem como um todo. Trata-se de preocupações multilateralistas, que estão na raiz do Mercosul e de diversos fóruns internacionais.

A América Latina e o Caribe vivem uma fase especialmente difícil. Como ressalta Karina Batthyány, Secretária Executiva do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), o novo coronavírus evidencia ainda mais as desigualdades estruturais existentes na região. Em termos econômicos, os números são pessimistas, já que a Organização Mundial do Comércio (2021) estima que, em 2020, o comércio internacional de mercadorias tenha caído 5,3% e que o produto interno bruto (PIB) mundial tenha diminuído 3,3%. Nas economias consideradas desenvolvidas e na

América Latina e no Caribe, a redução foi na ordem de 4,7% e de 7%, respectivamente (Fundo Monetário Internacional, 2021).

Com base em dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Batthyány afirma que 53% do emprego na região é informal, com 130 milhões de pessoas nessa situação. O desemprego previsto para o fim de 2020 é de 14%, resultando em aproximadamente 45 milhões de desempregados (CHINA HOJE; CLACSO; ILAS-CASS, 2020). Se a pobreza já preocupava antes da pandemia, agora, essa preocupação só aumenta, tendo em vista que 40% da população está nessa situação. Vale ressaltar, ainda, a questão de gênero envolvida também: para cada 100 homens pobres, há 130 mulheres nessa mesma condição, algo que tende a piorar até que se atinja maior controle sobre a Covid-19.

Um reflexo disso é que cerca de 30% do povo na região não tem condições de acessar devidamente serviços de saúde, e a interrupção da educação por razões socioeconômicas, que já era um problema antes da pandemia, torna-se ainda mais presente (CHINA HOJE; CLACSO; ILAS-CASS, 2020). Entre as dez maiores economias do mundo, a China foi a única que teve crescimento positivo em 2020, da ordem de 2,3%, e a previsão para 2021, segundo o Fundo Monetário Internacional (2021), é de 8,4%. Sem dúvida, a relação com a China pode oferecer aos países da América Latina oportunidades de intercâmbios comerciais com a economia chinesa e alívio dos perversos efeitos da pandemia da Covid-19.

2.1 Relação China e Peru

A China apresenta-se como um parceiro que pode trazer diversos ensinamentos práticos para a aplicação individualizada de cada nação. China e Peru têm Tratado de Livre-Comércio (TLC) desde 2010, e o país sul-americano tem saldo superavitário no comércio bilateral graças a suas abundantes exportações de matérias primas. Em contrapartida, conforme comenta Alarco (2020), o êxito peruano é superado por outras economias da região que não têm TLC com a China. Por exemplo, enquanto as exportações do Peru para a China se multiplicaram 27 vezes entre 2000 e 2018, aquelas do Brasil, da Colômbia e da Costa Rica aumentaram 48, 184 e 75 vezes, respectivamente. No mesmo período, as exportações do Uruguai, que não tem TLC com a China, cresceram 25 vezes. Por outro lado, as exportações chinesas para o Peru bateram todos os recordes da região, aumentando 56 vezes. De fato, o TLC foi útil para a China.

Em termos de investimentos estrangeiros diretos (IED) chineses, principalmente aqueles advindos por meio de companhias intermediárias radicadas em paraísos fiscais, o Peru fica em segundo lugar na região, logo após o Brasil. No Peru, 75% dos investimentos

localizam-se em atividades exportadoras tradicionais, cujo mercado de destino principal é a China. Há também investimentos no setor elétrico, no setor financeiro e na área de comunicações e serviços (ALARCO, 2020).

A China é o principal parceiro comercial do Peru, e seus investimentos no país sul-americano chegam a US\$ 24 bilhões. Ademais, nota-se que 96,4% dos produtos de exportação do Peru para a China são de setores tradicionais, dos quais só o cobre representa 72,2% do total. No caso das exportações chinesas para o Peru, 42,9% são bens de capital, com destaque para telecomunicações e maquinário. Em seguida, 28,3% são bens intermediários, como ferro, aço e plásticos primários, além de produtos têxteis (fios e telas). Os bens de consumo duráveis e não duráveis correspondem a 28,8% do total e incluem veículos automotores, motocicletas e televisores. Em 2018, o PIB chinês foi entre 55 e 61 vezes maior que o peruano. Ademais, a indústria manufatureira representou 29% do PIB chinês, ao passo que no Peru foi apenas 13%. Dentro da manufatura chinesa, destaca-se a fabricação de maquinários, de equipamentos de transporte e de produtos químicos (ALARCO, 2020).

2.2 Relação China e Chile

A China é o maior parceiro comercial do Chile, e ambos recentemente renegociaram seu TLC. Com uma economia dependente do cobre, a China figura como principal comprador do país sul-americano. Segundo dados da Alfândega Chilena, no período entre janeiro e outubro de 2020, a China manteve-se como principal comprador da *commodity*, com importações que totalizaram quase US\$ 45,5 bilhões (REYES, 2020).

Até 2020, o Chile e a China acordaram impulsionar a cooperação nas áreas de altas tecnologias, astronomia, inovação em setores produtivos e intercâmbios acadêmicos. Além disso, foi muito importante para o Chile o tema da eletromobilidade, em que se substituem os ônibus movidos a diesel por veículos elétricos chineses com tecnologia 5G, o que permitirá o desenvolvimento de cidades inteligentes no país (REYES, 2020). Cabe ressaltar que companhias chinesas não entraram no leilão de 5G do Chile, que já foi realizado e no qual uma sociedade empresária de capital britânico venceu: a WOM S.A.

Diferentemente do que ocorre com o Peru, no Chile, o investimento chinês em mineração e em outros setores extrativistas já não é tão relevante (ALARCO, 2020). De acordo com dados do Banco Central do Chile, o fluxo de IED recebido pelo Chile entre janeiro e agosto de 2020 alcançou mais de US\$ 10 bilhões. Isso representa um crescimento de 11% em relação a igual período de 2019, quando chegou a US\$ 9,120

bilhões, um aumento de 31% na média do último quinquênio e de 12% na média da série histórica desde que foram obtidas cifras homogêneas (2003-2020). No mês de agosto de 2020, especificamente, o fluxo de IED alcançou US\$ 189 milhões. Os projetos de investimentos chineses superaram US\$ 4,850 bilhões em 2019, o que representou crescimento de 167% com relação a 2018 (REYES, 2020).

A presença chinesa na região não para de crescer. A China é o maior parceiro comercial dos países da América do Sul, com exceção de Equador, Colômbia, Suriname e Guiana Francesa, que têm os Estados Unidos como maior parceiro. Já na América Central e no Caribe, os Estados Unidos são os maiores parceiros, com exceção de Cuba, que tem a China como principal parceiro (THE ECONOMIST, 2021).

De qualquer maneira, a economia chilena é, de certa forma, dependente da China, que é seu maior comprador. Números da alfândega chilena mostram que, em termos gerais, as trocas comerciais do Chile com o mundo, de 1º de janeiro a 31 de outubro de 2020, alcançaram US\$ 98,616 bilhões, ou seja, 11,6% a menos que igual período de 2019. Nesse mesmo espaço temporal, as exportações chilenas diminuíram 6,6% em relação a igual período de 2019, alcançando US\$ 56,2699 bilhões. A China se manteve como principal comprador, com participação de 36,6% sobre o total, e, quanto às importações nesses dez meses, elas totalizaram US\$ 45,481 bilhões, mantendo a China também como o principal vendedor (REYES, 2020).

Na economia chilena, merecem destaque os setores energético, salmoneiro e de mineração. Em novembro de 2020, o maior grupo elétrico do mundo, a estatal chinesa State Grid, fechou a compra da chilena CGE por uma cifra próxima dos US\$ 3 bilhões, tornando-se a maior operação do ano no Chile (REYES, 2020). Sobre bancos, no ano de 2016, o China Construction Bank (CCB) e o Banco da China inauguraram sucursais no Chile. Já a empresa DiDi chegou ao país em 2019.

Em 2020, depois de um ano da incorporação de seu centro de dados no Chile, a Huawei Technologies anunciou a implementação de um segundo centro de dados no país. Com tal implementação, a Huawei Cloud será a única nuvem a implementar serviços de inteligência artificial (IA) e de *big data* no Chile, o que permitirá que os dados de clientes locais possam ser analisados mais rapidamente por meio de um aglomerado de IA. A Huawei se converteria, assim, na única companhia do Chile com dois *data centers*, o que permitiria ampliar sua carteira de clientes em setores como varejo, finanças, saúde, educação e outros mais tradicionais (REYES, 2020).

2.3. Relação China e Argentina

O presidente argentino Alberto Fernández tem buscado um tratado bilateral com a China. Argentina e China já têm associação estratégica integral desde 2014, e os dois países também convergem no apoio ao multilateralismo, na cooperação contra a pandemia e nos compromissos ambientais.

De acordo com o chanceler argentino Felipe Solá, é preciso incrementar o fluxo comercial bilateral e o investimento em infraestrutura e energia na Argentina. Embora haja a possibilidade de haver acordo entre China e Mercosul, para ele, é mais fácil haver acordo bilateral China-Argentina, por causa das assimetrias de desenvolvimento econômico intra-bloco e porque a economia argentina é complementar à chinesa (MARTIRENA, 2020).

Na América do Sul, existe uma região binacional chamada Atacalar, que abrange partes da Argentina e do Chile. Na parte argentina estão Catamarca, Córdoba, Entre Ríos, La Rioja, Santa Fe, Santiago del Estero e Tucumán, e na parte chilena, a III Región Chilena de Atacama, que inclui Chañaral, Copiapó e Huasco. Desde 1996, há um acordo firmado entre Argentina e Chile sobre essa região visando a acessar o mercado chinês. A relevância da Região Atacalar está na saída ao Pacífico como forma de melhorar a competitividade dos produtos com valor agregado, razão pela qual Mosquera et al. (2020) defendem que a Argentina se valha do comércio com a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) por meio dessa região. Para isso, é necessário desenvolver novos projetos, em particular, a conexão terrestre Argentina-Chile.

A região de Atacalar apresenta uma variedade de itens para exportação advindos de setores como agropecuária e mineração, com uma matriz produtiva que abrange, dentre outros produtos, oleaginosas (soja e milho); cereais (milho, trigo e sorgo); gado e indústria láctea; pecuária suína; cítricos; azeitonas; açúcar; carbonato de lítio; autopeças; e arroz. Mosquera et al. (2020) defendem que a Argentina tire proveito, por meio da região, do TLC com o Chile, que confere aos portos de Atacama tarifas preferenciais. Para a Argentina, esse comércio no Pacífico tem muito mais potencial que o chamado comércio do Atlântico.

No contexto do continente, a América Latina tem aumentado seu peso como provedor agrícola da China. Os autores também ressaltam as complementaridades existentes entre a Argentina e a China e Ásia-Pacífico; daí a importância da região Atacalar, que é uma zona econômica em si, com perfil agropecuário, minerador, petroquímico e

industrial, centralizando a maior capacidade de produção argentina com fins de exportação. Sendo assim, a Região Atacalar tem o potencial de melhorar a performance exportadora da Argentina e do Chile como um todo.

Especialmente em tempos de pandemia, a importância da China para a Argentina é reconhecida. Para o embaixador argentino na China, Sabino Vaca Narvaja, o sistema de saúde argentino só não entrou em colapso por causa da China – graças à importação de materiais de proteção, testes e maquinários para fabricar máscaras, todos oriundos do país asiático. Vale lembrar, ainda, que a Argentina e a China firmaram convênio para fornecimento de vacinas chinesas, garantindo milhões de doses.

Em 2020, a China tornou-se o principal parceiro comercial da Argentina, além do principal investidor e financista do país. Nesta estão 40% do volume de obras em infraestrutura planejados para a América Latina pela China, com projetos de vias aéreas, pontes, geração de energia, linhas de transmissão elétrica e o corredor bioceânico, entre outros. Conforme ressalta Narvaja, a China tem a capacidade de alavancar o setor produtivo e de melhorar a logística da Argentina. São obras de infraestrutura com esta capacidade: (i) gasoduto que vai até o sul do Brasil (para competir com gasoduto da Bolívia); (ii) projetos ferroviários; (iii) corredor bioceânico até o Chile (com grande capacidade por ser um porto de águas profundas); e (iv) represas hidrelétricas em Santa Cruz.

O programa espacial e o lítio são também interesses concretos que a China tem na Argentina, que faz, inclusive, parte do programa espacial chinês. A base argentina de Neuquén é central por sua localização em termos geoplanetários, sendo utilizada para a comunicação com missões no espaço, como a exploração lunar, a de Marte e a da Via Láctea. A cooperação bilateral permitiu que a China socializasse com a Argentina amostras lunares, e tudo isso torna a indústria aeroespacial importante vetor de desenvolvimento (LEWKOVICZ, 2021).

3. A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA PELA VIA DA BRI

Lançada em 2013 pelo Presidente chinês Xi Jinping, a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) visa a ressuscitar a antiga Rota da Seda e a implementar rotas comerciais marítimas, bem como a desenvolver novos vínculos e a aprimorar a cooperação econômica e cultural entre seus membros. Como argumenta Koop (2020), os países latino-americanos começaram a aderir à iniciativa em 2017, e agora, 19 deles já assinaram Memorandos de Entendimento (MoU) com a China – o Brasil, oficialmente, segue de fora.¹

Como definido na II Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, a região é a extensão natural da BRI e tem sua relevância para a Rota da Seda Marítima do Século XXI. Pela proximidade geopolítica com a região, a reação estadunidense é de desconfiança. As quatro maiores economias da América Latina são a Argentina, o Brasil, o México e a Colômbia. Essas economias representam 70% do PIB da região, mas nenhuma delas firmou acordo com a BRI, o que, para Koop (2020), revela que a iniciativa ainda gera dúvidas. Ele enfatiza que a tarefa principal dos países-membros da BRI é controlar o impacto da iniciativa na dívida dos governos. Mesmo assim, esses quatro países têm acordos de cooperação bilateral integral com a China e recebem projetos de infraestrutura chineses. Há que se ressaltar, entretanto, que a Argentina está muito próxima de aderir formalmente.

Koop (2020) ainda destaca os riscos sociais e ambientais presentes nas preocupações relacionadas à BRI. Ele cita organizações não governamentais (ONGs), que questionam projetos chineses na região, muitos catalogados como parte da BRI, e alegam que alguns violam determinadas normas locais, inclusive ambientais. Koop (2020), em contrapartida, não especifica quais são essas ONGs e que projetos são esses. Ao mesmo tempo, em junho de 2020, a China anunciou alívio da dívida em países em desenvolvimento, sobretudo no continente africano. Como não houve anúncios para a América Latina, Koop (2020) diz que a dívida no continente será preocupação da BRI, especialmente para Venezuela e Equador, e vê como oportunidades a Rota da Seda da Saúde e a Rota da Seda Digital.

¹ O GREEN BRI CENTER (2021) elenca 140 países-membros da BRI no mundo. Na América Latina e Caribe, 19 assinaram Memorandos de Entendimento (MoU): Antígua e Barbuda, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guiana, Jamaica, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. A Argentina é ainda um membro prospectivo, e o Brasil já conta com diversos investimentos chineses em território nacional.

De acordo com o Embaixador da República Popular da China no Brasil, Yang Wanming (2020), a confiança mútua entre China e América Latina consolida-se cada vez mais. Como lembra o Embaixador, Xi Jinping visitou cinco vezes a região e manteve diálogos extensos e profundos com seus líderes em ocasiões bilaterais e multilaterais, como o G20 e os BRICS, levando adiante uma parceria abrangente pautada na igualdade, no benefício recíproco e no progresso comum. Trata-se de uma parceria que avança em todas as vertentes com a criação de plataformas de diálogo no que tange a partidos políticos, infraestrutura, agricultura, empresas, ciência, tecnologia e inovação, think tanks, Direito e meio ambiente.

O Embaixador Yang (2020) também destaca o avanço do enfrentamento conjunto da Covid-19. Desde o início da pandemia, o Presidente Xi tem mantido o diálogo com chefes de Estado da região, chegando a importantes consensos sobre o enfrentamento conjunto da doença. Até novembro de 2020, a China doou a 30 países latino-americanos mais de 27 milhões de itens de suprimento de saúde, como máscaras, aventais de proteção e kits de testes, além de 1.100 ventiladores pulmonares, bem como organizou mais de 30 videoconferências para troca de experiências e auxiliou esses países na aquisição de grande quantidade de materiais. Laboratórios dos dois lados mantêm parcerias na pesquisa de vacina contra o novo coronavírus, e o governo chinês afirmou que honrará o compromisso de tornar suas vacinas um bem público global para garantir o seu acesso em países em desenvolvimento (YANG, 2020).

Sobre economia, o Embaixador mostra que, em 2018, o volume do comércio entre China e América Latina ultrapassou pela primeira vez a casa dos US\$ 300 bilhões. No quinquênio 2015-2020, a China manteve-se na posição do segundo maior parceiro comercial da região e maior parceiro comercial do Brasil, Chile, Peru e Uruguai. No primeiro semestre de 2020, apesar dos impactos negativos, o comércio de itens do agronegócio aumentou 18,3%. Outro dado importante é que a América Latina é o segundo maior destino dos investimentos chineses, atrás apenas da Ásia. Como visto, 19 países da região já assinaram um MoU com a China no quadro da BRI, e o gigante asiático instalou mais de 2.500 companhias na América Latina, investiu mais de US\$ 430 bilhões e criou mais de 1,8 milhão de empregos em termos cumulativos (YANG, 2020).

Dos US\$ 35 bilhões de linha de crédito para a região, mais de US\$ 22 bilhões já foram efetuados, beneficiando mais de 110 projetos em mais de 20 países latino-americanos e caribenhos, em uma ampla gama de setores como infraestrutura, tecnologia, informação e capacidade produtiva. O Fundo de Cooperação Brasil-China para a Expansão da Capacidade Produtiva, com um aporte de US\$ 20 bilhões, também fornece apoios a projetos específicos de cooperação bilateral (YANG, 2020).

Ademais, o Embaixador Yang (2020) lembra que, entre 2015 e 2020, tornou-se cada vez mais intenso o diálogo entre órgãos legislativos, autoridades locais, imprensa e think tanks, bem como parcerias nos setores de educação, cultura, turismo e esportes. Para atender à demanda por cursos de língua e cultura chinesas, o Instituto Confúcio abriu, em 21 países da região, 42 unidades, 12 salas de aula e um centro regional. A China está implementando iniciativas como o fornecimento de seis mil bolsas governamentais e dez mil vagas de cursos variados de capacitação, além de convites a mil líderes de partidos políticos de países da América Latina e do Caribe para visitar a China.

Obviamente, diversos atores políticos manifestam reações e níveis de entusiasmo diferentes a respeito da BRI na América Latina. A pesquisadora mexicana Alicia Girón enfatiza a importância de a China e a América Latina retomarem trocas de desenvolvimento, numa relação de igualdade e capacidade de realizar projetos. Trens, transportes e aeroportos estão entre os projetos tão necessários (CHINA HOJE; CLACSO; ILAS-CASS, 2020). Já Koop (2020), por sua vez, coloca que a pandemia do novo coronavírus interrompeu e afetou a BRI na América Latina, junto com seus investimentos em infraestrutura. Em contrapartida, vale notar que a BRI tem cada vez mais ido além de investimentos e projetos tradicionais em infraestrutura. Em verdade, pode-se até identificar que a Covid-19 acelerou o processo de ressignificação da BRI, que tem intensificado esforços na chamada “nova infraestrutura” e explorado novas formas de cooperação com a BRI Digital e a BRI da Saúde.

4. CONCLUSÃO

Neste relatório, foram analisados casos das relações bilaterais entre a China e três países da América do Sul que demonstram interesse em valer-se das vantagens oferecidas pela BRI em um processo de integração de infraestrutura. Nota-se, especificamente, que a relação China-Argentina tem encontrado novos pontos de contato, e o iminente ingresso formal na BRI pode servir como uma sinalização positiva para a China.

O Brasil tem perdido espaço para a China na América do Sul. Dentro da lógica do Cinturão e Rota, o Brasil deve necessariamente voltar seu olhar e suas atenções para a região – não para servir como um contraponto à China, mas, sim, para aprofundar a cooperação com o país asiático. A política externa brasileira deveria renovar o seu foco na região com vistas, inclusive, a aprofundar as relações sino-brasileiras.

A relação do Brasil com a China depende, cada vez mais, de uma relação mais madura, estável e contínua também com seus vizinhos. Não se trata, dessa forma, de uma relação de disputa entre Brasil e China, mas de uma construção de uma maior cooperação e de uma maior integração regional, que pode ser impulsionada pelos sul-americanos em aliança com os chineses. Espera-se, assim, que o Brasil possa ter visão de futuro e dinamizar ainda mais as relações com a China e com o seu entorno regional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCO, Germán (2020). “China-Perú: una relación comercial y de inversiones del siglo XIX?”, In: *Gestión*, 13 de julho. Acesso em: <https://gestion.pe/blog/herejias-economicas/2020/07/china-peru-una-relacion-comercial-y-de-inversiones-del-siglo-xix.html/#:~:text=En%202018%20la%20inversi%C3%B3n%20represent%C3%B3,es%20de%20solo%20el%2013%25>.

BBC (2018). “Declarações de Paulo Guedes sobre Mercosul surpreendem membros do bloco”, In: *Globo G1*, 30 de outubro, acesso em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/30/declaracoes-de-paulo-guedes-sobre-mercotel-surpreendem-membros-do-bloco.ghtml>

CEPAL (2007). *O Brasil no processo de integração da América do Sul: evolução recente, problemas e complementaridades potenciais*. Brasília-DF: CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CHINA HOJE; CLACSO; ILAS-CASS (2020). Diálogo e intercambios entre China y América Latina: perspectivas desde las ciencias sociales y las humanidades. Webinar 3 de dezembro. Beijing, Buenos Aires: China Hoje; CLACSO; ILAS-CASS. Acesso em: <https://www.youtube.com/watch?v=PNabBpq8sMU&t=29s>.

THE ECONOMIST (2021). “Joe Biden is determined that China should not displace America”, In: *The Economist*, 17 de julho, acesso em: <https://amp.economist.com/briefing/2021/07/17/joe-biden-is-determined-that-china-should-not-displace-america>

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (2021). *Real GDP Growth*. Acesso em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEO_WORLD

GONÇALVES, Marina (2021). “Argentina e México consolidam aliança e tentam ocupar espaço de liderança deixado pelo Brasil”, In: *O Globo*, 26 de fevereiro, acesso em: <https://oglobo.globo.com/mundo/argentina-mexico-consolidam-alianca-tentam-ocupar-espaco-de-lideranca-deixado-pelo-brasil-1-24899306>

GREEN BRI CENTER (2021). *Countries of the Belt and Road Initiative (BRI)*. Beijing: International Institute for Green Finance (IIGF) of the Central University of Finance and Economics (CUFE). Acesso em: <https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>

HADIDA, Ernesto (2020). “Alberto apura tratado bilateral con China con apoyo de Lacalle Pou para esquivar a Bolsonaro”, In: *BAE Negocios*, 20 de novembro. Acesso em : <https://www.baenegocios.com/economia/Alberto-apura-tratado-bilateral-con-China-con-apoyo-de-Lacalle-Pou-para-esquivar-a-Bolsonaro-20201120-0054.html>.

KOOP, Fermín (2020). “Coronavirus reconfigura la Franja y la Ruta em América Latina”, In: *China Dialogue*, 30 de julho. Acesso em: <https://dialogochino.net/es/infraestructura-es/36699-el-coronavirus-reconfigura-la-franja-y-la-ruta-en-america-latina/>.

LEWKOWICZ, Javier (2021). “Vaca Narvaja: ‘China fue clave para que no colapsara el sistema sanitario argentino’”, In: *El País*, 25 de fevereiro, acesso em: <https://www.pagina12.com.ar/325941-vaca-narvaja-china-fue-clave-para-que-no-colapsara-el-sistem>

MARTIRENA, Francisco (2020). “Solá confirmó la adhesión de la Argentina a la Nueva Ruta de la Seda”, In: *BAE Negocios*, 19 de novembro. Acesso em: <https://www.baenegocios.com/economia/Sola-confirmo-la-adhesion-de-la-Argentina-a-la-Nueva-Ruta-de-la-Seda-20201119-0054.html>.

MOSQUERA, Mariano [coord.] Et al. (2020). *ATACALAR en la nueva Ruta de la Seda: Puentes entre la región y China*. Córdoba (Argentina): Universidad Católica de Córdoba/ Centro de Estudios La Franja y la Ruta.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (2021). “World trade primed for Strong but uneven recovery after COVID-19 pandemic shock”, In: *Press Release 876*, 31 de março. Acesso em: https://www.wto.org/english/news_e/pres21_e/pr876_e.htm

REYES, Verónica (2020). “Inversiones, empresas e intercAmbios comerciales: La presencia de China em Chile no para de crecer”, In: *Bio Bio Chile*, 16 de novembro. Acesso em: <https://www.biobiochile.cl/noticias/economia/negocios-y-empresas/2020/11/16/inversiones-empresas-e-intercambios-comerciales-la-presencia-de-china-en-chile-no-para-de-crecer.shtml>.

YANG, Wanming (2020). “China e América Latina mais próximas”, In: *O Globo*, 01 de novembro. Acesso em: <https://oglobo.globo.com/opiniaao/china-america-latina-mais-proximas-24722601>.

Sobre os Autores

Evandro M. de Carvalho é Coordenador do Núcleo de Estudos Brasil-China e professor da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio). Doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP). Foi pesquisador sênior da Universidade de Finanças e Economia de Shanghai (SHUFE), com o apoio da China Scholarship Council em conjunto com a Organização dos Estados Americanos (Programa OEA-CSC, 2012-2014) e professor visitante do Center for BRICS Studies da Fudan University (2014-2015), em Shanghai.

Daniel Veras é Doutor em Ciências Sociais, Mestre em Comunicação e Semiótica e Bacharel em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Além de Pesquisador Doutor do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio, atua no Grupo de Pesquisa Diálogos Interculturais do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) e no Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR) da PUC-SP, bem como faz parte do corpo docente do Curso de Verão de História da Ásia Moderna, Sociologia e Filosofia promovido pela China University Summer Schools Association (CUSSA) em parceria com universidades dos EUA. Foi professor de Estudos Brasileiros na Hubei University, onde estabeleceu intercâmbios culturais e educacionais entre Brasil e China por meio de uma parceria entre o Instituto Confúcio e a Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Pedro Steenhagen é Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Especialista em Relações Internacionais pelo Clio Internacional/Faculdade Damásio e Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ). Além de Pesquisador Mestre do Núcleo de Estudos Brasil-China da FGV Direito Rio, atua como pesquisador visitante do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade de Aveiro (DCSPT/UA) e *joint research fellow* na 西南科技大学 - Southwest University of Science and Technology (SWUST). Foi, ainda, pesquisador do Laboratório de Financiamento e Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (LACID) do BRICS Policy Center e estudante avançado, com bolsa integral do Governo de Shanghai, da 2018 Summer School (BRICS Program) da Fudan University.

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores, e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV nº 19.